

DUARTE RODRIGUES NUNES

Juiz de Direito

Professor Convidado na Universidade Europeia

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa

Investigador do IDPCC e do CIJIC

OS CRIMES PREVISTOS NA LEI DO CIBERCRIME

ÍNDICE

Abreviaturas	5
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CONCEITO DE CIBERCRIME.....	31
3. O CRIME DE FALSIDADE INFORMÁTICA.....	41
3.1. Introdução.....	41
3.2. Bem jurídico.....	45
3.3. Natureza do crime	48
3.4. O crime de falsidade informática simples.....	51
3.4.1. Tipo objetivo	51
3.4.2. Tipo subjetivo	72
3.5. O crime de falsidade informática qualificada.....	74
3.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	75
3.7. Condições de procedibilidade.....	76
3.8. Autoria e participação	76
3.9. Punibilidade da tentativa	77
3.10. Penas aplicáveis	77
3.11. Prazo prescricional	79
3.12. O concurso de crimes	79
4. O CRIME DE DANO RELATIVO A PROGRAMAS OU OUTROS DADOS INFORMÁTICOS	89
4.1. Introdução.....	89
4.2. Bem jurídico.....	93
4.3. Natureza do crime	94
4.4. O crime de dano relativo a programas ou outros dados informáticos simples	96
4.4.1. Tipo objetivo	96

4.4.2. Tipo subjetivo	106
4.5. O crime de dano relativo a programas ou outros dados informáticos qualificado	106
4.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	108
4.7. Condições de procedibilidade.....	108
4.8. Autoria e participação	109
4.9. Punibilidade da tentativa	109
4.10. Penas aplicáveis	110
4.11. Prazo prescricional.....	112
4.12. O concurso de crimes	113
5. O CRIME DE SABOTAGEM INFORMÁTICA	119
5.1. Introdução.....	119
5.2. Bem jurídico.....	125
5.3. Natureza do crime	126
5.4. O crime de sabotagem informática simples.....	128
5.4.1. Tipo objetivo	128
5.4.2. Tipo subjetivo	139
5.5. O crime de sabotagem informática qualificada.....	139
5.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	141
5.7. Condições de procedibilidade.....	142
5.8. Autoria e participação	142
5.9. Punibilidade da tentativa	143
5.10. Penas aplicáveis	143
5.11. Prazo prescricional.....	145
5.12. O concurso de crimes	145
6. O CRIME DE ACESSO ILEGÍTIMO	151
6.1. Introdução.....	151
6.2. Bem jurídico	156
6.3. Natureza do crime	157
6.4. O crime de acesso ilegítimo simples.....	159
6.4.1. Tipo objetivo.....	159
6.4.2. Tipo subjetivo	166
6.5. O crime de acesso ilegítimo qualificado.....	166
6.6. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade	170
6.7. Condições de procedibilidade	171
6.8. Autoria e participação	171
6.9. Punibilidade da tentativa	172
6.10. Penas aplicáveis	173

•

6.11. Prazo prescricional.....	175
6.12. O concurso de crimes.....	176
7. O CRIME DE INTERCEÇÃO ILEGÍTIMA.....	183
7.1. Introdução.....	183
7.2. Bem jurídico.....	186
7.3. Natureza do crime.....	187
7.4. O crime de interceção ilegítima simples.....	188
7.4.1. Tipo objetivo.....	188
7.4.2. Tipo subjetivo.....	194
7.5. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade.....	194
7.6. Condições de procedibilidade.....	195
7.7. Autoria e participação.....	195
7.8. Punibilidade da tentativa.....	195
7.9. Penas aplicáveis.....	196
7.10. Prazo prescricional.....	197
7.11. O concurso de crimes.....	198
8. O CRIME DE REPRODUÇÃO ILEGÍTIMA DE PROGRAMA PROTEGIDO.....	203
8.1. Introdução.....	203
8.2. Bem jurídico.....	205
8.3. Natureza do crime.....	206
8.4. O crime de reprodução ilegítima de programa protegido.....	206
8.4.1. Tipo objetivo.....	206
8.4.2. Tipo subjetivo.....	211
8.5. Exclusão da ilicitude, da culpa e da punibilidade.....	211
8.6. Condições de procedibilidade.....	212
8.7. Autoria e participação.....	212
8.8. Punibilidade da tentativa.....	212
8.9. Penas aplicáveis.....	213
8.10. Prazo prescricional.....	214
8.11. O concurso de crimes.....	214
9. A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS COLETIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS.....	217
9.1. Pressupostos da responsabilidade penal das pessoas coletivas e entidades equiparadas.....	226
9.1.1. Entes coletivos passíveis de responsabilidade criminal.....	226

•

9.1.2. O crime ser cometido por pessoa que ocupe uma posição de liderança no ente coletivo ou por pessoa que aja sob a autoridade de quem ocupe uma posição de liderança no ente coletivo, em virtude de uma violação dos deveres de vigilância ou controlo que lhe incumbe.....	232
9.1.3. O crime ser cometido em nome do ente coletivo	237
9.1.4. O crime ser cometido no interesse do ente coletivo.....	238
9.1.5. O ente coletivo agir com culpa. A capacidade de ação e a capacidade de culpa dos entes coletivos	240
9.2. A responsabilidade cumulativa do ente coletivo e dos respetivos agentes	247
9.3. A cisão, a fusão, a transformação, a extinção e a declaração de insolvência do ente coletivo.....	249
9.4. A responsabilidade pelo pagamento das multas e indemnizações em que o ente coletivo for condenado.....	253
Bibliografia	259
Jurisprudência	269
Índice	275

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt